



Universidade de Brasília

Instituto de Ciências Humanas

Departamento de História

**Partidos políticos na Segunda República: os projetos regionalistas e centralistas e
as possibilidades de mudanças**

Leandro Ribeiro Tonete

Brasília, Dezembro de 2013

Leandro Ribeiro Tonete

**Partidos políticos na Segunda República: os projetos regionalistas e centralistas e
as possibilidades de mudanças**

Monografia apresentada ao Departamento
de História do Instituto de Ciências
Humanas da Universidade de Brasília para
a obtenção do grau de licenciado em
História.

Orientado pela Prof^a. Dr^a. Ione Oliveira

Banca Examinadora

Professora Dra. Ione Oliveira (Orientadora) – HIS/UnB

Professor Dr. Antonio Barbosa – HIS/UnB

Mestre Fabiana Macena – PPGHIS/UnB

Brasília, Dezembro de 2013

RESUMO

Com a corrosão dos pilares da Primeira República, o liberalismo e o federalismo, novas propostas para a sociedade brasileira se institucionalizaram. Na esteira do contexto político surgido com a Revolução de 1930, inúmeros partidos políticos – regionais e nacionais – se organizaram com o objetivo de defender seus projetos no campo eleitoral e constituinte de 1933. As duas propostas em voga foram: a de continuidade, o federalismo que assegurava o regionalismo; e a de mudança, a centralização, que abarcava possibilidades de intervencionismo e autoritarismo. Esta monografia está baseada na pesquisa a respeito dos partidos políticos, organizados ou reorganizados, nos primeiros anos da década de 1930. As principais fontes foram o **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (1930-1983)** e os **Annaes da Assembleia Nacional Constituinte-1934**.

Palavras-chave: Partidos políticos, Regionalismo, Centralização.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	5
1. Mobilização não organizada.....	8
1.1. A Primeira República e sua estrutura política	9
1.2. A gênese da centralização e a oposição ao regionalismo.	16
1.3. O choque entre as propostas	18
2. Organização e reorganização partidária	24
2.1. A centralização larga na frente	24
2.2. A reação regionalista.....	27
2.3. O surgimento dos partidos	28
2.4. Uma nova Constituinte com velhos pensamentos	32
CONCLUSÃO.....	36
FONTES	38
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	38

INTRODUÇÃO

Um dos assuntos mais debatidos nos últimos anos da Quinta República é a proliferação de partidos políticos.¹ Não raro, esse fenômeno é criticado gerando ações contrárias à formação de “grandes famílias políticas”.² A verdade é que esse fenômeno não é novo nem recente na história dos partidos políticos no Brasil. Durante os anos de 1932 e 1934, o Brasil vivenciou o aparecimento sem igual de organizações políticas e mais de 100 partidos surgiram carregando os mais diversos emblemas e siglas. O objetivo de estudo deste trabalho é analisar as razões da difusão partidária no referido período. Dentro de um número tão expressivo de organizações que se autodenominavam “partidos”, parece-nos, a primeira vista, uma odisséia analisar tamanha pluralidade política, mas, quando nos aproximamos do objeto de estudo e colocamos os partidos em seu devido contexto, é possível dividi-los dentro de dois blocos, os quais se encontravam em disputas na década de 1930, o regionalismo e o centralismo.

Aos embates entre os defensores do regionalismo e os do centralismo são discutidos na obra **Regionalismo e centralização política: partidos e constituinte nos anos 30**, onde a historiadora Angela de Castro Gomes, mais um grupo de pesquisadores, aplica essa tese aos estados com maior influência no campo político e aos seus respectivos partidos.³ O regionalismo, embora já existente antes da promulgação da Constituição de 1891, foi aprofundado pelo federalismo exacerbado e concretizado pela política Campos Salles. Já o centralismo surgiu como oposição a esse modelo e ganhou adeptos ao longo de mais de 30 anos de uma República excludente.

Após a Revolução de 1930, a Aliança Liberal, formada por oligarquias regionais dissidentes e por defensores da centralização – tanto militares quanto civis –, compôs o

¹ Sobre a Quinta República e a reforma partidária ver DULCI, Otávio. A incômoda questão dos partidos no Brasil: Notas para o debate da reforma política. In BENEVIDES, M. V.; VANNUCHI, P.; KERCHÉ, F. (orgs.). **Reforma política e cidadania**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005, p. 301-320.

² Serge Berstein afirma: “Os historiadores entendem por cultura política um grupo de representações, portadores de normas e valores, que constituem a identidade das grandes famílias políticas e que vão muito além da noção reducionista de partido político.” Ver BERSTEIN, Serge. *Culturas políticas e historiografia*. In AZEVEDO, Cecília. **Cultura política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, p. 31.

³ GOMES, Angela de Castro (org.). **Regionalismo e centralização política: partidos e constituinte nos anos 30**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

Governo Provisório. No próprio seio do governo, as propostas de centralismo e regionalismo receberam gradações e ritmos diferenciados, uma vez que os favoráveis à federação também admitiam o intervencionismo estatal, enquanto que os unionistas reconheciam os problemas das diversidades regionais. A pluralidade de proposições gerou conflitos, pois cada grupo almejava ser majoritário no governo de Getúlio Vargas e canalizar a máquina do Estado para si.

Com a convocação da Assembleia Nacional Constituinte em 1933, as disputas acirradas e radicalizadas decorrentes da Revolução Constitucionalista de 1932 foram encaminhadas para a arena política e democrática. Com o propósito de se fazerem representar no campo parlamentar constituinte, as tendências se organizaram ou se reorganizaram através de fundação de partidos conforme os polos Regionalismo/Centralismo.

O objetivo desta incipiente pesquisa será averiguar se estas organizações seriam, de fato, partidos políticos? Para responder à indagação, recorreremos ao francês Serge Berstein. O historiador do político utiliza quatro critérios para definir os partidos: 1) a duração no tempo; 2) a extensão no espaço; 3) a aspiração ao exercício do poder; e 4) a vontade de buscar o apoio da população. De acordo com esses critérios, podemos aferir que faltavam aos partidos políticos brasileiros dos primeiros anos da década de 1930 elementos como duração no tempo e a extensão territorial de âmbito nacional. No entanto, as agremiações foram fundadas para arrebatar votos (secretos) de mulheres e homens acima de 18 anos e alfabetizados, num momento em que a participação eleitoral aumentou no Brasil. Com o objetivo de obter representação político-parlamentar para influenciar nas decisões constitucionais, os líderes formaram Partido, Liga, Clube, União, Frente, Aliança e outras denominações da época para os nascentes “partidos”. Sendo assim, podemos afirmar que a cultura política do país se expressava no campo eleitoral de maneira mais heterogênea e multifacetada – uma vez que a cultura política de uma sociedade é formada por culturas diversas e simultâneas.⁴

Para realizar essa análise dividimos o período de mobilização política em duas fases. A primeira, narrada no primeiro capítulo, se inicia em 1930 e segue até 1932 e corresponde ao movimento não institucionalizado realizado por facções, grupos e

⁴ BERSTEIN, Serge. Os partidos. In RÉMOND, René. **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996, p. 62-63.

frentes com diferentes graus de organização. Os ideais existiam de forma latente, mas não estavam expostos como projetos políticos, o que ocorre na segunda fase, entre 1933 e 1934, com a convocação das eleições para a escolha dos constituintes, em maio de 1933. Neste segundo momento, as forças políticas se reorganizaram, buscando a representatividade nas urnas e o poder na Assembleia Nacional Constituinte.

Por fim, é possível comprovar a supremacia do regionalismo nas pequenas organizações que surgiram nesse período. Para chegar a essa conclusão, utilizamos como fonte o **Dicionário histórico-biográfico brasileiro, 1930-1980**⁵, para catalogar as mais diversas organizações políticas – data e local de fundação, principais lideranças, abrangência territorial. Os **Annaes da Assembleia Nacional Constituinte – 1934**⁶ também foram consultados para identificar os grupos políticos com maior força parlamentar durante dos debates constituintes, entre os meses de novembro de 1933 a julho de 1934. No dia 16 de julho de 1934, a Constituição foi promulgada e apresentou o resultado do confronto entre regionalismo e centralização política.

⁵ BELOCH, Israel; ABREU, Alzira Alves de. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, 1930-1983**. Rio de Janeiro: Editora Forense-Universitária, 1984.

⁶ **Annaes da Assembleia Nacional Constituinte 1934**, v.1. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/8266> Acesso em: 3 nov. 2013.

1. Mobilização não organizada

O colapso da Primeira República e a ascensão do Governo Provisório iniciaram um período de grande mobilização política no Brasil. Esta mobilização se fez presente tanto na esfera da “alta” política, onde tradicionais lideranças operaram acordos e conciliações, quanto na inserção de outros grupos organizados e politicamente marginais, que a época, giravam em torno das novas perspectivas abertas com as mudanças sofridas no Brasil nas primeiras décadas do século XX. Virgílio de Melo Franco, um dos articuladores mais vorazes do novo regime, definiu o momento com um dos maiores períodos de transformação de que houvera memória:

Nesse intervalo de tempo, o Brasil sofreu uma das maiores transformações de que há memória na sua história política. Do alcance dessa transformação ninguém poderá, por enquanto, dizer nada. Uma coisa porém é certa; a saber, a Revolução não foi boa nem má: a revolução foi indispensável e como tal invencível.⁷

Esse trecho da obra **Outubro, 1930** traz à tona o fato de que o período inaugurado foi muito mais do que parte integrante de um todo genérico, por vezes, chamado “República Nova”, “Estado Novo” ou “Era Vargas”.⁸ Foi um momento novo e peculiar para a cultura política brasileira, o qual transcende a figura do golpe e do golpista. As ideias e projetos incitados – e não determinados – pelos acontecimentos que se posicionaram em torno da mudança política em questão confluíram para a formação de novos partidos por todo o território brasileiro. A concretização ou não desses tais projetos podem ser avaliados de forma crítica a luz da Assembleia Constituinte de 1933 e, por conseguinte, de seu maior fruto, a Carta Constitucional de 1934. No entanto, o fato de existirem manifestações de pensamentos e vontades, expressada através da formação desses partidos políticos, já configura este recorte – encerrado em 1934 quando da promulgação da Carta – como uma mudança cultural, ainda não concreta, mas existente, dentro do contexto político agitado pelo qual o país passava.

⁷ FRANCO, Virgílio de Mello. **1930: Outubro**. 1980; p. 265.

⁸ Os termos “República Nova”, “Estado Novo” e “Era Vargas” foram importados de outras obras. Sobre o termo “República Nova” ver CARONE, Edgard. **A República Nova (1930-1937)**. 3º Ed. São Paulo: DIFEL, 1982, p. 5-8; sobre o termo “Estado Novo” ver AMARAL, Azevedo. **O Estado autoritário e a realidade nacional [1938]**. Rio de Janeiro Ebookslibris, 2002. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/azevedo.html> Acesso: 03/12/2013; e também GOMES, A. C.; PANDOLFI, D. C; ALBERTI, V. (orgs.). **A República no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002, p. 24. A respeito da relativização deste período ver FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930: historiografia e história**. São Paulo, Companhia das Letras, 1997, p. 8-9.

1.1. A Primeira República e sua estrutura política

Os câmbios históricos se iniciaram mesmo antes de 1930. Getúlio Vargas chegou ao poder em 3 de novembro de 1930, porém, a Primeira República já havia, efetivamente, caído dez dias antes, em 24 de outubro, quando os generais do exército Tasso Fragoso, Mena Barreto e Leite de Castro e o almirante Isáias Noronha, pela marinha, “depuseram o presidente da República no Rio de Janeiro, constituindo uma junta provisória de governo”.⁹ Essa junta, bastante precária, não usufruía de nenhuma legitimidade e entregou o Estado nas mãos dos revoltosos, que a exatos um mês iniciavam o golpe a partir dos estados de Minas Gerais e Rio Grande do Sul.¹⁰

A extinção da Primeira República veio acompanhada de forte crítica aos seus dois pilares principais, a saber, os ideais de liberalismo e federalismo, outrora tão hegemônicos, pois nem mesmo os dois primeiros presidentes, os marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, conseguiram derrubar essas duas correntes, que triunfaram na virada do século XIX para o XX. Deodoro chegou a fechar o Congresso “prometendo fortalecer o Poder Executivo da União”, enfraquecido pela tendência descentralizadora que emanava da primeira carta republicana. A atitude enérgica do chefe do poder executivo dependia de uma união militar que não existia, porque o exército se encontrava dividido, justamente, entre Deodoro e seu então vice, Floriano Peixoto. Este último aproveitou o erro estratégico do velho marechal para subir ao poder com a ajuda da elite paulista. À parte desse momento turbulento, a Constituição de 1891, promulgada durante o governo do marechal Deodoro, cristalizou a tendência federalista e liberalizante que advinha dos últimos anos do Império. Doravante, os governos civis, que se iniciaram com o paulista Prudente de Moraes, fortaleceram esses dois pilares através de acordos e negociações das mais diversas naturezas.¹¹

O liberalismo político presente na constituição de 1891 influenciou, principalmente, o modelo de cidadania observado na Primeira República. Seu ideal priorizava o direito civil ou individual e ao mesmo tempo, segundo Lucília Neves

⁹ FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 13ª Ed. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2008, p. 325.

¹⁰ A saber, no dia 3 de Outubro de 1930, um mês antes da consumação do golpe, dia 3 de Novembro de 1930.

¹¹ FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 13ª Ed. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2008, p. 252-254. Sobre a tendência centralizadora do Império, ver GOMES, A. C.; PANDOLFI, D. C.; ALBERTI, V. (orgs.). **A República no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2002, p. 66.

Delgado, era restritivo e excludente no que tange as demais dimensões, como a social e a política:

(...) os direitos civis não se encontravam consolidados e nem eram afeitos à maioria do povo brasileiro. Os direitos políticos eram restritos uma vez que segmentos expressivos da população brasileira não exerciam o direito de votar e ser votado. Os direitos sociais, por sua vez, inexistiam, e a população trabalhadora ficava submetida à selvageria das leis do mercado.¹²

Cabe apontar que essa era uma “tendência” no Brasil e no mundo, portanto, a verdadeira novidade na Constituição seria o federalismo na forma e medida em que este se apresentou.¹³ O federalismo como experiência concreta foi observado nos Estados Unidos. Se a independência norte-americana, por si, já configurou um movimento singular na América, as instituições democráticas que esta Revolução originou foram além em termos de influência política no Novo Mundo. Com a chegada da democracia e da República em 1889, o arranjo estatal organizado para o Império não mais cabia e foi necessário buscar novas perspectivas. Dentre as experiências republicanas mais bem sucedidas – em termos de duração – à época, a estadunidense era uma das mais emblemáticas. Os olhares, portanto, se voltaram para a carta norte-americana no intuito de extrair modelos estruturais, os quais, de acordo com a serventia, foram enxertados na Constituição brasileira.¹⁴ O federalismo, para os formuladores do Estado pós-monárquico, veio como uma característica fundamental, principalmente, para políticos paulistas. Mas o que seria esse federalismo importado dos Estados Unidos? O verbete “federalismo” do **Dicionário de política** assim o define:

é a pluralidade de centros de poder soberanos coordenados entre eles, de modo tal que ao Governo federal, que tem competência sobre o inteiro território da federação, seja conferida uma quantidade mínima de poderes, indispensável para garantir a unidade política e econômica, e aos Estados federais, que têm competência cada um sobre o próprio território, sejam assinalados os demais poderes.¹⁵

Logo se vê a função do federalismo para as elites regionais, minar o poder central e abastecer de autonomia e autoridade os poderes locais. As unidades federativas

¹² DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Cidadania e república no Brasil: história, desafios e projeção do futuro. In PEREIRA, Flávio; DIAS, Maria Teresa Fonseca. **Cidadania e inclusão social**. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2008, p. 329.

¹³ REZENDE, Maria Efigênia Lara de. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. In FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. (orgs.). **O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 93.

¹⁴ Ibid, p. 98.

¹⁵ BOBBIO, N.; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. 11ª Ed., Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, p. 481.

podiam legislar sobre qualquer matéria que não lhes fosse negadas expressa ou implicitamente pela primeira Constituição republicana, o que permitia a cobrança de impostos, contração de empréstimos, organização de uma força militar etc. Ou seja, no Brasil, “o federalismo rompe com o sistema de relação direta entre os detentores do poder local e o centro de poder nacional”.¹⁶ Maria Efigênia Lara Rezende, no entanto, faz uma ressalva importantíssima. A transplantação de princípios da Constituição dos Estados Unidos para a Constituição republicana de 1891 foi feita sem que se levasse em consideração a realidade brasileira, o que gerou graves consequências para o executivo nacional.

O principal sintoma do problema apontado acima era a forte dependência do Poder Executivo em relação aos estados, o que gerou inércia nas decisões políticas. O governo de Prudente de Morais, vítima deste problema, foi criticado por ser lento, pois o paulista falhou ao tentar governar ao lado do Congresso. Vencido os quatro anos de seu mandato, seu sucessor, Campos Salles, obteve mais sucesso no que tange a governabilidade graças a uma manobra política que ficaria marcada na história da República do Brasil por gerar uma poderosa força política oligárquica. Tal manobra foi denominada por Salles de Política dos Estados ou de Política dos Governadores.¹⁷

A instabilidade política era grande. Nenhum presidente desfrutou de um ambiente político minimamente saudável. O regionalismo – agora travestido de federalismo – gerou elites locais poderosas que rivalizavam entre si, inclusive, no campo político.¹⁸ Campos Salles, ciente desses desafios, buscou contornar o problema instituindo um acordo tácito entre o Executivo Federal e as lideranças estaduais. O arranjo partiu do princípio de um compromisso entre essas forças. Todavia, o acordo foi a garantia de apoio em prol de um governo federal, relativamente coeso, ainda mais

¹⁶ REZENDE, Maria Efigênia Lara de. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. In FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. (orgs.). **O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 95.

¹⁷ Sobre o governo de Prudente de Morais, ver LOPEZ, Adriana; MOTA, Carlos Guilherme. **História do Brasil: uma interpretação**. São Paulo: Editora SENAC, 2008, p. 572-575.

¹⁸ Adoto o seguinte pensamento de Joseph Love para afirmar que o regionalismo é fruto do federalismo: “O regionalismo (...) é o padrão de comportamento político característico do regime federativo. Nele, os atores regionais aceitam a existência de uma entidade maior, o Estado-nação, mesmo que isso coloque em risco o próprio regime político.” LOVE, J. A república brasileira: federalismo e regionalismo (1889-1937). In MOTA, C. G. (Org.). **Viagem Incompleta. A experiência brasileira (1500-200): a grande transação**. 2ª Ed. São Paulo: Editora SENAC, 2000, p. 124.

necessário num momento de grande crise financeira acompanhada por uma inflação galopante. A inércia não era mais uma opção.¹⁹

Campos Salles, representante do Partido Republicano Paulista (PRP), viajou até Minas Gerais em março de 1899. O motivo da escolha de Minas Gerais como parceira se deu tendo em vista a força da representação política desse estado, lembra Raymundo Faoro, e “não por sua riqueza”.²⁰ Salles fechou um acordo com Silviano Brandão, influente político mineiro que viu seus poderes de articulação crescer exponencialmente com a fundação do Partido Republicano Mineiro (PRM) em 1888. Com os dois maiores colégios eleitorais do país, juntos somavam cinquenta e nove cadeiras na Câmara dos Deputados. A Bahia, terceiro maior polo eleitoral, empatava com São Paulo no número de cadeiras: vinte e duas. Entretanto, ainda que este núcleo eleitoral fosse promissor, as elites baianas não foram capazes de manter uma coesão. Fato é que, embora a aliança com a elite baiana tenha fracassado, Salles estava mais próximo do que nunca de reduzir a oposição, outrora vigorosa e onipotente, a um status simbólico.²¹

Com a vaga do estado da Bahia aberta, venceu o estado que mais rápido se articulou, o Rio Grande do Sul. Embora o estado tivesse acabado de passar por uma revolta, a força dos líderes regionais do interior contribuiu para a formação de uma coesão mínima. A aliança com o Rio Grande do Sul se firmou graças a Pinheiro Machado, uma forte figura na política rio-grandense. Cabe lembrar que este líder não representava o estado como um todo, o que fez a aliança entre o Rio Grande do Sul e São Paulo ser caracterizada como “intermitente” por Joseph Love, característica agravada com a morte de Pinheiro Machado em 1915.²²

Nos níveis estadual e federal, os acordos demandaram uma base que só seria encontrada nos poderes locais, sem os quais toda a estrutura desmoronaria. Assim, a

¹⁹ REZENDE, Maria Efigênia Lara de. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. In FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. (orgs.). **O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 112-113.

²⁰ FAORO, Rymundo. **Os donos do poder**. 3ª Ed. São Paulo: Globo, 2001, p. 653.

²¹ REZENDE, Maria Efigênia Lara de. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. in FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. (orgs.). **O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 114-117.

²² LOVE, J. O Rio Grande do Sul como fator de instabilidade na República Velha. In FAUSTO, B. (dir.). **O Brasil Republicano: estrutura de poder e economia (1889-1930)**. 8ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, v. 8, p. 135-137.

Política dos Governadores concebeu o Coronelismo, conforme leitura de José Murilo de Carvalho como “um sistema político, uma complexa rede de relações que vai desde o coronel até o presidente da República, envolvendo compromissos recíprocos.”²³ Baseado nessa definição de coronelismo somada ao arranjo concretizado por Campos Salles formou-se uma rede de troca de benefícios e apoios que viabilizou um governo pretensamente federal e fixou uma determinada elite no controle nacional, estadual e regional.

Os coronéis colaboravam para o arranjo político de Campos Salles dominando o eleitorado e canalizando o voto para seus aliados. Para demonstrar em detalhes, José Murilo de Carvalho assim apresenta o funcionamento do arranjo político:

o governador republicano, ao contrário, era eleito pelas máquinas dos partidos únicos estaduais, era o chefe da política estadual. Em torno dele se arrematavam as oligarquias locais, das quais os coronéis eram os principais representantes.²⁴

No entanto, falta a análise de um dos elementos citados na equação política estudada por José Murilo de Carvalho: os partidos regionais como forças políticas poderosas e fundamentais para se entender o fim desse modelo de República em 1930.

A formação da estrutura política com base na negociação entre oligarquias – deslocando e restringindo o ambiente político para uma pequena elite – adotada pelo ex-presidente Salles foi a via encontrada para contornar as especificidades do Sistema.²⁵ Maria do Carmo Campello de Souza, corroborando com a afirmação citada, assegura que o estado, como unidade federativa, foi “um dos principais, se não o principal fator determinante das características do sistema partidário”, logo, não surpreende a falta do elemento nacional nos partidos da Primeira República, em razão da Constituição de 1891.²⁶

A tendência regionalista apontava para a formação de partidos regionais, e de fato ela foi seguida por boa parte dos atores políticos mesmo antes da promulgação da

²³ CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. In **Revista Dados**, Rio de Janeiro, volume 40, número 2, 1997. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581997000200003&lng=en&nrm=iso Acesso em: 30 de outubro 2013.

²⁴ Ibid.

²⁵ CARDOSO, Fernando Henrique. Dos Governos Militares a Prudente-Campos Salles. In FAUSTO, B. (dir.). **O Brasil Republicano: estrutura de poder e economia (1889-1930)**. 8ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, v. 8, p. 54-55.

²⁶ SOUZA, M. C. C. **Estado e partidos políticos no Brasil**. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1990, p. 46.

Constituição. O PRP foi fundado em 1873, o PRR (Partido Republicano Rio-grandense) em 1882 e o PRM, como já citado, em 1888. A única tentativa de se formar um partido nacional foi patrocinada pelo paulista Francisco Glicério, porém, seu partido acabou morrendo de inanição no final da década de 1890.²⁷

Se analisada a característica regional de forma avulsa, é possível relativizar a exigibilidade do caráter nacional, contudo, os partidos da Primeira República eram, na prática, representantes das oligarquias estaduais e esse fenômeno muito deveu à limitação presente nessas organizações. Rodrigo Pato Sá Mota lembra que esses partidos “representavam uma coalizão de grupos políticos municipais, invariavelmente dominados por clãs familiares e/ou pelos velhos Coronéis”.²⁸

Do ponto de vista teórico, Serge Berstein, inspirado pelo campo da Ciência Política americana, também rechaça o regionalismo ao enumerar quatro pilares que diferenciam um partido de outras organizações. No que se refere à extensão no espaço, o autor postula que esse “critério exclui do campo dos partidos os grupos parlamentares sem seguidores no país e as associações locais sem visão de conjunto da nação”.²⁹

Portanto o resultado foi, partidos pouco representativos inseridos em um arcabouço eleitoral firmado no liberalismo excludente, o qual afastava do campo político uma grande parcela da população, em certa medida, devido à exigência do critério de alfabetização para o exercício da cidadania política. Para se ter uma ideia, nas eleições presidenciais de 1894, somente 2,2% da população brasileira participou do processo eleitoral. O crescimento do número de eleitores se mostrou inexpressivo ao longo do primeiro período republicano, pois em 1930, apenas 5,6% da população votaram no pleito para presidência da república – mesmo levando em conta que a referida eleição contou com grande competitividade entre os candidatos.³⁰

²⁷ Sobre os partidos regionais ver PANDOLFI, D. Voto e participação política nas diversas repúblicas do Brasil. In GOMES, A. C.; PANDOLFI, D. C.; ALBERTI, V. (orgs.). **A República no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002, p. 66. Sobre o partido de Francisco Glicério, o Partido Republicano Federal (PRF) ver MOTTA, R. P. S. **Introdução à história dos partidos políticos brasileiros**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999, p. 52.

²⁸ MOTTA, R. P. S. **Introdução à história dos partidos políticos brasileiros**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999, p. 53.

²⁹ BERSTEIN, Serge. Os partidos. In RÉMOND, René. **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996, p. 63.

³⁰ Sobre os dados apresentados, ver MOTTA, R. P. S. **Introdução à história dos partidos políticos brasileiros**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999, p. 56. Sobre a tese de que a exclusão dos analfabetos do sufrágio pela legislação foi determinante para a baixa participação popular, ver PANDOLFI, D. Voto e

O eleitorado reduzido ainda era, principalmente nas áreas rurais, controlado. O coronelismo, sustentáculo do sistema político oligárquico criado por Salles e perpetuado ao longo da Primeira República, utilizava uma série de ferramentas para canalizar o voto de seus currais eleitorais em prol do candidato apoiado pelo partido que dominava a região. Gláucio Soares apresenta três ferramentas que viabilizavam o domínio dos assim chamados Coronéis: empreguismo e nepotismo, corrupção eleitoral e violência. Dentre estes, os dois últimos estavam fundamentados no primeiro, pois o empreguismo e o nepotismo formavam a rede de lealdades que movia as outras duas práticas. O clima era de total descrédito, pois a corrupção eleitoral tinha uma abrangência

(...) extensa. As eleições não eram uma questão eleitoral, mas uma questão de poder. A utilização do poder do estado pelos governadores, o controle da Assembléia pelo seu partido e a instituição da verificação de poderes tornavam difícil, se não impossível, a eleição de um candidato que não fosse apoiado pelo governador.³¹

Soares ilustra sua tese com a figura de um governador. No entanto, é possível trazer à memória Rui Barbosa e a campanha Civilista, que buscou superar “os donos do poder”. As Comissões de Verificação do Poder Legislativo, responsável por assegurar a fidedignidade das eleições, eram instrumentos eficientes para boicotar um candidato opositor. Quando da derrota para Hermes da Fonseca, Rui empreendeu uma recontagem e a diferença entre o total proposto por ele e pelo das comissões chegou a variar mais de 100%.³² Não é necessário inferir quem acertou ou quem errou na matemática, basta observar que essa lacuna poderia ser dirigida a favor de quem detivesse o controle das Comissões, órgão responsável por homologar o pleito.

O campo político no Brasil da Primeira República, entretanto, ia para além da arena institucionalizada durante o processo eleitoral e o exercício legislativo no Congresso Nacional ou nas Assembleias Legislativas e, justamente por isso, a violência era outra ferramenta bastante utilizada. Prefeitos acompanhados de jagunços, pistoleiros, capangas faziam parte da realidade da época. Fato é que o controle político de um estado garantia um conjunto de ferramentas que poderia ser facilmente usadas a favor do candidato da situação. No âmbito nacional, os detentores desses meios de

participação política nas diversas repúblicas do Brasil. In GOMES, A. C.; PANDOLFI, D. C.; ALBERTI, V. (orgs.). **A República no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002, p. 67.

³¹ Sobre os três instrumentos de dominação, ver SOARES, Gláucio Ary. **A democracia interrompida**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001, p. 14-20. Quanto à citação direta ver Ibid, p. 14-15.

³² SOARES, Gláucio Ary. **A democracia interrompida**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001, p. 16.

coerção realizavam acordos e manobras, o que possibilitava a política “Café com Leite”. Um candidato que fugisse do arranjo era, facilmente, derrotado. A aliança entre Minas e São Paulo concretizava essa forma de política e permitia poucas brechas, visto que as esferas institucionais e econômicas estavam firmadas em torno desses dois estados.³³

No tocante à aliança entre São Paulo e Minas Gerais, uma observação precisa ser feita: existiram confrontos entre essas elites, as negociações que antecederiam as indicações dos candidatos à presidência da República eram intensas e a união política, em alguns momentos, foi conturbada. Exemplo das dificuldades para a construção do arranjo ocorreu em 1929, quando Washington Luís decidiu apoiar um paulista para a sua sucessão. A candidatura de Júlio Prestes impossibilitou o pacto de união entre paulistas e mineiros.³⁴ O choque entre essas forças abriu caminho para que os defensores da centralização política ganhassem, pela primeira vez desde o fim do Império, grande espaço na disputa política.

1.2. A gênese da centralização e a oposição ao regionalismo.

A proposta centralizadora surgiu em oposição ao federalismo da Primeira República. Como ideologia, sempre esteve presente nas forças militares e assim foi conservada ao longo do período republicano. Deodoro e Floriano são exemplos dessa *mentalité* no alto comando das forças armadas. No entanto, essa linha ideológica ganhou um escopo mais abrangente quando abarcou oficiais de baixas patentes e até civis em torno da proposta centralizadora. Esse momento foi transcrito no movimento denominado “tenentista”. A audiência prestada aos eventos patrocinados pelos tenentes foi grande, dado que o alto oficialato ficara de fora e os movimentos desencadeados pelos revoltosos – 18 do Forte, a tomada de São Paulo e Coluna Miguel Costa-Prestes –

³³ Dentre os pilares da Política dos Governadores estava a mínima harmonia que deveria haver entre os governadores e o chefe do executivo nacional. Ver CARDOSO, F. H. *Dos Governos Militares a Prudente-Campos Salles*. In FAUSTO, B. (dir.). **O Brasil Republicano: estrutura de poder e economia (1889-1930)**. 8ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, v. 8, p. 54-55. Raymundo Faoro também retrata a homogeneidade que tornava possível os atos de fraudes eleitorais tão escancarados durante a Primeira República. FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**. 3ª Ed. São Paulo: Globo, 2001, p.736.

³⁴ REZENDE, Maria Efigênia Lara de. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. In FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. (orgs.). **O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 118-119.

foram verdadeiros marcos para a sociedade brasileira da década de 1920, mesmo que vistos como atitudes subversivas.³⁵

O movimento inaugural do tenentismo foi o emblemático 18 do Forte. Na ocasião, um grupo de militares tomou o forte de Copacabana. O estopim para o corrido foi a publicação de algumas cartas, supostamente, escritas por Artur Bernardes, então candidato à presidência da República, as quais ofendiam o ex-presidente e marechal Hermes da Fonseca e o exército como instituição. O forte, já tomado, foi bombardeado por navios e por batalhões de outros fortes. Quando apenas alguns militares restaram após uma série de desistências e mortes, estes iniciaram uma marcha pela Avenida Atlântica e após meia hora de tiroteio apenas Siqueira Campos e Eduardo Gomes sobreviveram.³⁶

Com um início cinematográfico, o movimento tenentista caracterizou-se como a maior expressão contrária aos ideais da Primeira República e, por conseguinte, aos pilares que a sustentavam em especial a “política profissional”, o regionalismo, o coronelismo e o federalismo “exagerado”.³⁷ Concomitantemente, grupos civis – os denominados “republicanos críticos” – demonstravam desencantamento com a experiência liberal da Constituição de 1891, participando de organizações e publicando ensaios histórico-sociológicos, de tendências antiliberais. As críticas ao modelo republicano estavam se espalhando pela sociedade.³⁸

Com a presença dessa oposição mais aguerrida, Arthur Bernardes iniciou seu governo sob estado de sítio. A situação não se abrandou e seu mandato ainda foi marcado por confrontos intensos contrários ao seu governo e à política praticada, como

³⁵ Sobre os Marechais Deodoro e Floriano Peixoto e seus ideais praticados durante seus respectivos mandatos como presidentes ver CARDOSO, F. H. *Dos Governos Militares a Prudente-Campos Salles*. In FAUSTO, B. (dir.). **O Brasil Republicano: estrutura de poder e economia (1889-1930)**. 8ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, v. 8, p. 44-54. Sobre o “tenentismo” ver LANNA JÚNIOR, M. C. M. *Tenentismo e crise política na Primeira República*. In FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. (orgs.). **O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 315-350.

³⁶ LANNA JÚNIOR, M. C. M. *Tenentismo e crise política na Primeira República*. In FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. (orgs.). **O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 317-318.

³⁷ Este tema será tratado com o devido cuidado no capítulo 2, mas de antemão, informo que as informações apresentadas derivam de SOUZA, M. C. C. **Estado e partidos políticos no Brasil**. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1990, p. 65-67.

³⁸ LAMOUNIER, Bolivar. *Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República. Uma interpretação*. In FAUSTO, B. (dir.). **O Brasil Republicano: sociedade e instituições (1889-1930)**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 1985, v. 9, p. 343-374.

a tomada de São Paulo, em 1924, e a Coluna Miguel Costa-Prestes. O fim do mandato foi mais pacífico e, com a vitória do arranjo político entre o PRM e o PRP, Washington Luís foi levado à chefia do executivo. O paulista, por sua vez, encontrou pouca dificuldade para governar. O convite feito ao ascendente político Getúlio Vargas para ocupar a pasta da Economia garantiu ao seu governo credibilidade política junto ao Rio Grande do Sul, que acabara de sair de uma revolta contra o governador Borges de Medeiros, que usava a estrutura rígida e autoritária – no entanto bem estabelecida – de Júlio de Castilhos para se perpetuar no executivo do estado gaúcho.³⁹

1.3. O choque entre as propostas

Washington Luís gozou de relativa tranquilidade governamental até o momento em que apoiou Júlio Prestes, governador de São Paulo, para a presidência, rompendo com a aliança entre Minas Gerais e São Paulo pela disputa da presidência. Com a atitude do então presidente, a oligarquia rio-grandense unida – republicanos e libertadores – viu uma oportunidade singular para participar mais ativamente das disputas nacionais: a única maneira de superar o status de potência de “segunda grandeza” era encontrar uma brecha, grande o suficiente, para se inserir na disputa presidencial. E isto ocorreu com o rompimento entre Minas e São Paulo.

Desde a derrota dos federalistas gaúchos, durante o governo Floriano Peixoto (1891-1894), o PRR estava incrustado no governo gaúcho, sob o comando de Borges de Medeiros. Após a eleição de Getúlio Vargas para o executivo rio-grandense, em 1927, ocorreu também a aliança entre o PRR e o Partido Libertador. O pacto entre os grupos políticos gaúchos e a união com o PRM propiciou a viabilidade do nome de Vargas como candidato à presidência da República, com o apoio de algumas oligarquias dissidentes. Para fechar o arranjo que enfrentaria o situacionismo governamental, a oligarquia paraibana foi cooptada. A aliança foi consumada com a escolha de João

³⁹ Sobre o turbulento mandato de Arthur Bernardes, incluindo a transição para Washington Luís, ver FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 13ª Ed. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2008, p. 315-316. Sobre a nomeação de Getúlio Vargas para a pasta de economia e a aproximação do então presidente com o Rio Grande do Sul ver CHAPANUZ, Paulo Brandi. A trajetória política de Getúlio Vargas. In SILVA, Raul Mendes; CACHAPUZ, Paulo Brandi; LAMARÃO, Sérgio (org.). **Getúlio Vargas e seu tempo**. Rio de Janeiro: BNDES, 2004, p.48.

Pessoa, influente político local e sobrinho do ex-presidente Epitácio Pessoa, para ocupar a vice-presidência na chapa da Aliança Liberal.⁴⁰

A aliança com Minas, por outro lado, evidenciou o fracionamento do PRM. Ante a representação perfeita da coesão, em 1929 o PRM se dividiu entre o apoio à Aliança Liberal ou ao Catete, sendo que os que apoiaram o presidente Washington Luís chegaram a formar a Concentração Conservadora (CC), uma forma institucionalizada de fazer frente ao PRM, que já havia escolhido o outro lado da disputa.⁴¹

Fora do âmbito das oligarquias estaduais, surgiram alianças com alguns segmentos do tenentismo, uma possibilidade haja vista que a proposta da Aliança era combater os vícios da República e nada mais interessante do que trazer um grupo claramente contrário ao *status quo* – ou pelo menos os que simpatizavam com suas defesas – para a oposição eleitoral.⁴²

Nasceu, assim, uma chapa opositora com uma plataforma ousada para um grupo de oligarquias interessadas em revidar o disparate do presidente: “representação e Justiça”. Os projetos giraram em torno da reforma política, da criação de uma justiça eleitoral, da ampliação dos direitos de liberdades e a defesa do voto secreto.⁴³

A chapa Vargas e Pessoa foi derrotada nas urnas em março de 1930, e a campanha abandonada pelos líderes do PRM e do PRR, mas as conspirações se iniciam tendo como líderes Virgílio de Melo Franco, em Minas Gerais, e Oswaldo Aranha, no Rio Grande do Sul, sendo ambos conhecidos como os “tenentes civis” pela forma de lidar com a questão política, ou seja, preferindo a centralização ao regionalismo. Aranha

⁴⁰ O PRR e a elite paraibana já haviam se aliado contra a situação buscando superar a segunda grandeza nas eleições de 1922, o que ficou conhecido como Reação Republicana. LOVE, J. A república brasileira: federalismo e regionalismo (1889-1937). In MOTA, C. G. (Org.). **Viagem Incompleta. A experiência brasileira (1500-200): a grande transação**. 2ª Ed. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000, p. 148. Sobre os arranjos entre o Rio Grande do Sul e Pernambuco ver FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. A Crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930. In FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. (orgs.). **O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 403.

⁴¹ BOMENY, Maria Helena Bousquet. A estratégia da conciliação: Minas Gerais e a abertura política dos anos 30. In GOMES, Angela de Castro (org.). **Regionalismo e centralização política: partidos e constituinte nos anos 30**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, p. 136.

⁴² PANDOLFI, Dulce Chaves. **Da Revolução de 30 ao golpe de 37: a depuração das elites**. Rio de Janeiro, CPDOC, 1987, p. 6.

⁴³ FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. A Crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930. In FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. (orgs.). **O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 404.

e Melo Franco fecharam uma rede que viabilizou uma tentativa de golpe, para tanto faltava uma fagulha, e esta veio com o assassinato de João Pessoa.⁴⁴ A revolta teve início no dia 3 de outubro e contou com as forças militares – Forças Públicas – dos estados de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul.

Dentro da análise feita até o momento, não há como negar a existência de dois segmentos político-ideológicos que perpassavam a cultura política brasileira, o regionalismo e a centralização. Angela de Castro Gomes diz que, “para uns e para outros, o binômio centralização versus federalismo representava a pedra de toque em torno da qual todas as outras questões confluíam”.⁴⁵ De fato este binômio se reforçou como o eixo da política brasileira dos anos de 1930. Desde o golpe até a promulgação da Constituição de 1934, os debates políticos e a formação e dissolução de partidos estiveram ligadas umbilicalmente a esse confronto.

O Brasil, onde a tendência centralizadora e antiliberal triunfava, estava em compasso com o contexto internacional. Eric Hobsbawm chamou essa conjuntura – o fim da década de 1920 até meados da década de 1940 – de a “crise do liberalismo”. Segundo o autor, duas frentes foram abertas contra o liberalismo, uma a esquerda e outra a direita. O segredo do sucesso desta última foi “o colapso dos velhos regimes e com eles das velhas classes dominantes” graças à Primeira Guerra Mundial somado ao receio conservador da ascensão das forças dos trabalhadores.⁴⁶ Contudo, o processo se acelerou com a crise do sistema econômico na década de 1930, inclusive no Brasil, onde “a acirrada disputa eleitoral foi agravada pela profunda crise econômica mundial provocada pela quebra, em outubro de 1929”, como contemplam Marieta de Moraes Ferreira e Surama Conde Sá Pinto.⁴⁷

Nada surpreendeu, portanto, o rápido avanço do movimento que pendia para a centralização, embora, o núcleo liberal e regional ainda estivesse sólido em torno dos representantes das oligarquias. Assim, surgiu a querela entre centralismo e

⁴⁴ Ibid, p. 406.

⁴⁵ GOMES, Angela de Castro (org.). **Regionalismo e centralização política: partidos e constituinte nos anos 30**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, p. 29.

⁴⁶ Sobre o contexto internacional ver HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 113-143.

⁴⁷ Sobre os efeitos da crise no Brasil ver FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. A Crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930. In FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. (orgs.). **O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 404.

regionalismo. O primeiro, defendido pelo tenentismo (tanto militar quanto civil) e pelos políticos simpatizantes do ideal. O segundo era inegociável para as oligarquias, pois estavam cientes de que precisavam desse elemento intacto para a obtenção/manutenção de poder em seus estados.

Angela de Castro Gomes e os demais colaboradores da obra **Regionalismo e Centralização política: partidos e constituinte nos Anos 30** (1980) apresentam como as elites políticas dos principais estados brasileiros, devidamente reunidas em torno de partidos meramente regionais – para o determinado contexto, Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul – se posicionaram e reagiram ao fenômeno descrito. Todavia, dentro do processo desencadeado pela Revolução de 1930 e, principalmente, pelo anúncio da Constituinte em 1933, diversos grupos políticos deslocados das grandes elites e dos partidos tradicionais também reagiram aos acontecimentos que encontraram lugar no período que se estende de 1930 a 1933/34. Houve o surgimento de novos partidos por todo o Brasil, desde o Acre até o Rio Grande do Sul, passando pelo Distrito Federal e pelo estado de Goiás. Em pesquisa nos verbetes do **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (DHBB)**, contabilizamos mais de 100 partidos, nascidos no Brasil entre 1930 e 1934. Detentores das mais diversas siglas, todos se denominaram “partidos”, e para os fins metodológicos desejados nesta apreciação foram considerados apenas os que receberam a denominação de *Partido*, embora, o **DHBB** registre outras famílias políticas que foram batizadas pelas suas lideranças de Bloco, Liga, Clube, Ação, Aliança, União, Frente etc.⁴⁸

Apenas os números, por vezes frios e pouco exatos para as Ciências Humanas, ajudam a corroborar com a tese de que no momento estudado não houve apenas uma porta de acesso para Vargas chegar ao “fim inevitável”: a ditadura em 1937.⁴⁹ Nem tão pouco foi a pura e simples ascensão de uma classe média ou burguesa ao poder. Mesmo porque, como bem colocado por Gláucio Soares, essa classe média (ou até mesmo burguesa) urbana só surgiria, paulatinamente, na transição da década de 1950 para a de 1960.⁵⁰

⁴⁸ Quanto aos verbetes citados ver BELOCH, Israel; ABREU, Alzira Alves de. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, 1930-1983**. Rio de Janeiro: Editora Forense-Universitária, 1984.

⁴⁹ GOMES, Angela de Castro (org.). **Regionalismo e centralização política: partidos e constituinte nos anos 30**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, p. 27.

⁵⁰ Sobre a linha interpretativa mencionada ver FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. A Crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930. In FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. (orgs.). **O**

Este trabalho não tem a pretensão de apontar o partido ou a família política “vencedora” ou mais “consistente”, apenas explicitar alguns traços das mudanças na cultura política brasileira. Mudanças que foram além de um determinismo ideológico, social ou econômico. Com relação às organizações políticas, surgiram novos atores agrupados na forma de partidos políticos para atuarem no campo político-eleitoral e no campo parlamentar-constituente. Eram limitados – alguns regionais, outros com pretensões nacionais –, contudo, importantes para um país que ao longo de mais de 35 anos de uma pretensa democracia republicana mal passara da taxa de 5% da população participando dos pleitos eleitorais, quanto mais se organizando em torno de famílias políticas ambicionando o poder.

Como já apreciado aqui, para Serge Berstein faltaria a esses partidos elementos como a extensão no tempo e no espaço, contudo, o próprio autor relativiza os critérios adotados ao admitir que possa haver uma fase de a gênese dessas famílias e, por isto mesmo, a duração no tempo é importante, mas não fundamental para a denominação desta ou daquela família como “partido”. A base desta afirmação é o pensamento de Maurice Duverger, que aponta para duas formas de se compreender o nascimento de um partido, ambas relacionadas a sua relação com a instituição parlamentar. O primeiro modo de nascimento é conhecido como “partido de quadros”, cuja definição segundo Duverger é a seguinte:

O mecanismo geral dessa gênese é simples: criação de grupos parlamentares em primeiro lugar; aparecimento de comitês eleitorais em seguida; por fim, estabelecimento de uma ligação entre esses dois elementos.⁵¹

No que se referem aos partidos brasileiros do início dos anos de 1930, de fato muitas organizações políticas foram criadas em torno de experientes políticos e/ou novos expoentes. Cabe ressaltar que, quando aplicada à fórmula de Duverger ao objeto aqui estudado, houve a falta do “Parlamento”, entre 1930 e 1933, como elemento propulsor para a formação dos partidos. Entretanto, a experiência parlamentar republicana desde 1889 e seus políticos tradicionais continuaram atuando no campo das disputas político-partidárias. Outro elemento importante foram os interventores de Vargas, principalmente aqueles de forte aspiração militar ou tenentista, que

tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 408-409. Sobre a refutação ver SOARES, Gláucio Ary. **A democracia interrompida.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001, p. 184-187.

⁵¹ BERSTEIN, Serge. Os partidos. In RÉMOND, René. **Por Uma História Política.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996, p. 64.

patrocinaram a criação de partidos em seus estados visando formar um grande partido nacional.

A segunda forma definida por Duverger, que, nas palavras de Berstein, “são partidos de origem externa ao parlamento”, também serve como categoria para compreender os novos partidos, que surgiram quando do anúncio da convocação da constituinte 1932.⁵²

No primeiro momento – de 1930 até meados de 1932 – nasceram poucas organizações políticas, sendo que muitas nem podemos ter suas datas de fundação confirmadas. Outras, de acordo com **DHBB**, já existiam antes da década de 1930 e apenas foram reorganizados no período em questão. Segundo Dulce Pandolfi, as incertezas em torno do golpe de 1930, com sua formação heterogênea, provocaram divergências: “enquanto alguns desejavam a instalação imediata da democracia”, contempla a autora, “outros afirmavam que o retorno à ordem democrática só deveria ocorrer após a promoção das reformas sociais”.⁵³

As expectativas de mudanças políticas, embora pouco exploradas e nem concretizadas, estavam abertas.⁵⁴ A revolução de 1930 encerrou um sistema democrático excludente, cristalizado em torno de alguns poucos líderes e com fraudes eleitorais. Os partidos políticos da Primeira República foram influenciados diretamente pelo modelo republicano federativo instituído desde 1891. Com a revogação de Constituição de 1891 e a implantação do governo Vargas, surgiram defesas em prol do intervencionismo estatal e da centralização política, que passaram a concorrer com as habituais defesas do federalismo descentralizado e do controle político oligárquico. Após o anúncio da convocação da constituinte, no dia 14 de maio de 1932 e com a eclosão da Revolução Constitucionalista de 9 de julho de 1932, aumentaram as pressões para a constitucionalização do país e vários setores sociais, principalmente os urbanos, se mobilizaram com o objetivo de organizar partidos e agremiações, para canalizarem as suas reivindicações.

⁵² Ibid, p. 64-65.

⁵³ PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos 1930: as incertezas do regime. In FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. (orgs.). **O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 17.

⁵⁴ Sobre o horizonte de expectativas e o espaço de experiências, ver KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Editora PUC Rio, p. 309-314.

2. Organização e reorganização partidária

A Revolução de 1930 agremiou os mais diversos grupos políticos em torno do desejo de mudar a República. A cidadania restrita, o jogo político oligárquico, a economia com base na agroexportação; cada pilar daquela conjuntura foi questionado. Os grupos – que podem ser divididos, *grosso modo*, entre tenentes e oligarquias dissidentes – protagonizaram um movimento de acirrada disputas, porque a heterogeneidade do movimento logo se mostrou uma fraqueza e os conflitos aumentaram. Para contornar o problema, Getúlio Vargas convocou a constituinte que iniciou seus trabalhos em 15 de Novembro de 1933. Com um movimento de “redemocratização” aberto – e com o velho modelo partidário questionado – um grande número de partidos surgiu no Brasil, transitando desde as extremas esquerdas até as extremas direitas.

Neste segundo momento, aparecem novas propostas, novas organizações e novas famílias ideológicas que não possuíam duração necessária no tempo para proporcionar uma visibilidade em várias unidades federativas para abarcar expressivos setores sociais. O florescer desses novos partidos permanece, no entanto, um fenômeno intrigante, pois demonstrou que diversificados grupos políticos esboçaram identidades políticas.

2.1. A centralização larga na frente

A inauguração do Governo Provisório trouxe a reboque várias dúvidas. Como citado no capítulo anterior, nem mesmo o tempo de duração desse regime era sabido, sendo necessário um constante rearranjo no jogo político por parte de Vargas e seus colaboradores mais ávidos para manter a mínima coerência por trás do movimento que derrubara a Primeira República. Em meio ao ambiente hostil, os tenentes se sobressaíram ao apoiar Vargas e, pela primeira vez, puderam ocupar cargos no executivo federal, nos executivos estaduais e executar seus projetos de justiça social e justiça eleitoral.⁵⁵

⁵⁵ PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos 1930: as incertezas do regime. In FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. (orgs.). **O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 16-18.

Cabe lembrar que o movimento tenentista não nasceu e nem conseguiu formular uma agenda política definida, sendo, inclusive, perigoso tratar o movimento tenentista como uma oposição coesa, uma espécie de força homogênea. Como ressalta Maria Helena Bomeny:

É preciso não tomar o tenentismo como um bloco coeso, homogêneo. Na verdade, a Revolução de 30 não foi capaz de excluir as oligarquias do palco político, nem de afirmar o tenentismo como uma força política organizada de forma a fazer-lhe frente autonomamente. O fato é que a perspectiva tenentista de reorganização da sociedade brasileira não chegou a se constituir num projeto de ação articulado. Se havia um certo consenso diante da necessidade de reformulação da prática política oligárquica e uma certa concordância sobre a necessidade de redefini-la – com a extinção dos partidos regionais como canais de representação política e como forças de pressão sobre os executivos estaduais – os líderes tenentistas se dividiam quanto à postura a ser adotada no enfrentamento com as oligarquias.⁵⁶

A heterogeneidade do movimento se deveu, em parte, à difusão das ideias tenentistas para determinados setores civis.⁵⁷ O próprio Vargas compactuou com a defesa tenentista de adotar políticas centralizadoras, em especial, a criação das interventorias, utilizadas em larga escala em São Paulo e por todo Nordeste para combater as elites locais favoráveis à descentralização. Dulce Pandolfi afirma:

Diferentemente do pré-1930, quando o governador era eleito e próximo das classes dominantes locais, no pós-1930 o interventor era nomeado e subordinado ao presidente da República. *Grosso modo*, os primeiros interventores eram vinculados ao tenentismo, podendo-se afirmar que, nos primeiros anos do processo revolucionário, ocorreu o fenômeno da “militarização das interventorias”.⁵⁸

Embora efetiva contra os setores dominantes regionais, esta política definida pela autora desagradou profundamente às elites estaduais, inclusive aquelas que fizeram parte da Aliança Liberal, como o Partido Democrático (PD), sustentáculo da Revolução de 1930 em São Paulo. Nos demais grupos apoiadores do governo, políticas centralizadoras também foram defendidas. Na economia foram criados órgãos para centralizar o planejamento econômico de certos produtos, tais como o café, que até então, estava sobre a tutela do Conselho Nacional Café, órgão constituído de delegados

⁵⁶ BOMENY, Maria Helena Bousquet. A estratégia da conciliação: Minas Gerais e a abertura política dos anos 30. In GOMES, Angela de Castro (org.). **Regionalismo e centralização política: partidos e constituinte nos anos 30**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, p. 156.

⁵⁷ Este grupo, composto pelos artífices da Revolução de 1930, foi denominado de “Tenentes Civis”. Sobre eles ver PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos 1930: as incertezas do regime. In FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. (orgs.). **O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 17.

⁵⁸ PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos 1930: as incertezas do regime. In FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. (orgs.). **O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 18.

estaduais. O Conselho se transformou no Departamento Nacional do Café (DNC) e os delegados passaram a ser escolhidos diretamente pelo Ministro da Fazenda. No âmbito social, as primeiras leis de proteção ao trabalho e ao trabalhador entraram em vigor e a filiação sindical tornou-se obrigatória. No início houve resistência do movimento sindical, porém “aos poucos ela foi diminuindo”, afirma Pandolfi.⁵⁹

Conduzir projetos defendidos pelos tenentes significou execução de políticas mais amplas do que apenas um movimento de centralização. Na perspectiva tenentista, o Governo Provisório precisava desconstruir o modo de fazer política na República, mesmo que para isso adotasse medidas antidemocráticas. Daí a justificativa para o fechamento do Congresso e o descrédito dos partidos políticos regionais.⁶⁰

As políticas até então adotadas eram um claro sintoma da opção escolhida por Vargas, contudo, um inesperado episódio foi um divisor de águas para o Governo Provisório, colocando o projeto intervencionista em cheque: o empastelamento do **Diário Oficial**. O referido jornal era a favor da constitucionalização e contrário ao governo de Vargas. Isto gerou uma reação de um grupo ligado aos tenentes. A sede do jornal foi destruída e o ministro da justiça, Maurício Cardoso, do Rio Grande do Sul, assistiu a complacência para com o atentado por parte dos oficiais militares superiores e de Vargas. O episódio:

(...) evidencia de um lado, que o poder central estava acobertando explicitamente as atitudes antioligarquicas dos tenentes, impedindo uma representatividade mais efetiva das oligarquias no governo, de outro do, patenteia a recusa da FUG em participar do Governo Provisório em tais condições. Comprova também que as elites rio-grandenses eram um aliado insubstituível para a sustentação da ditadura, que sem esse apoio teria poucas condições de se equilibrar.⁶¹

De nada adiantou Vargas promulgar o primeiro Código Eleitoral da República, em fevereiro de 1932, e publicar o Decreto nº. 21.402, de maio do mesmo ano, criando uma comissão para elaborar o anteprojeto constitucional e marcando as eleições para o ano seguinte. Com a saída das lideranças da Frente Única Gaúcha (FUG) do Governo

⁵⁹ Ibid, p. 20-21.

⁶⁰ As fraudes eleitorais durante a Primeira República ajudaram a manchar a imagem das práticas políticas republicanas junto aos setores urbanos, que tinham a possibilidade de influenciar nos resultados eleitorais. Para comprovar, recorremos ao lema da Aliança Liberal: “Representação e Justiça”. Sobre as fraudes e as críticas ao sistema eleitoral ver FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. **A Crise dos anos 20 e a Revolução de Trinta**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006, p. 1-15.

⁶¹ CASTRO, Maria Helena de Magalhães. O Rio Grande do Sul no pós-30: de protagonista a coadjuvante. In GOMES, Angela de Castro (org.). **Regionalismo e centralização política: partidos e constituinte nos anos 30**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, p. 51.

Provisório, uma crise se instalou no Catete, uma vez que o apoio mineiro peremista estava fracionado entre Olegário Maciel e Arthur Bernardes. Com a saída dos políticos da FUG do governo, a oposição mudaria o tom das críticas para o da conspiração.⁶²

2.2. A reação regionalista

Em 9 de julho de 1932, os paulistas iniciam uma conspiração contra o Governo Provisório. Cooptaram apoiadores em vários estados diferentes e até mesmo dentro das forças armadas. O estopim veio com a morte de quatro estudantes depois de um ataque a sede de um jornal devoto ao Clube 03 de Outubro, precipitando a Revolução e iniciando os três meses do confronto. Entretanto, os revoltosos contaram com pouco apoio externo, pois nos demais estados as forças que os apoiariam foram neutralizadas.⁶³

O primeiro movimento paulista foi um ataque relâmpago em direção ao Rio de Janeiro com o objetivo de pressionar o Governo Provisório, mas isso não foi possível e as forças paulistas sofreram um cerco liderado por Góis Monteiro. O exército invadiu São Paulo depois de esgotar a máquina de guerra paulista. O conflito não é o foco deste trabalho, contudo, fato é que após a Revolução Constitucionalista de São Paulo o país assistiu o nascimento de um espaço de debate político, pois os partidos emergentes se posicionaram a favor do projeto paulista – que representava um retorno às bases da República Democrática – ou do varguista.⁶⁴

⁶² Sobre os problemas em Minas Gerais ver BOMENY, Maria Helena Bousquet. A estratégia da conciliação: Minas Gerais e a abertura política dos anos 30. In GOMES, Angela de Castro (orgs.). **Regionalismo e centralização política: partidos e constituinte nos anos 30**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, p. 166. A respeito da Frente Única Paulista, ver CALICCHIO, V. Frente Única Paulista. In BELOCH, Israel; ABREU, Alzira Alves de. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, 1930-1983**. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>. Acesso em 10 de Novembro de 2013.

⁶³ Os mortos – Miragaia, Martins, Dráusio e Camargo formaram a sigla MMDC, difundida em cartazes por toda São Paulo. Sobre a Revolução de 1932, ver CAPELATO, Maria Helena. **O movimento de 1932: a causa paulista**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

⁶⁴ O desgaste paulista chegou ao ponto de prejudicar as riquezas de seus moradores em prol das operações melhora no combate. A sociedade paulista foi profundamente impactada e é cabível a assertiva de que “Fatos políticos radicais como uma guerra civil, que atinge diretamente a vida de uma sociedade, não se encerram apenas com a assinatura de um armistício militar”. GOMES, A. C.; LOBO, L. L. e COELHO, R. B. M. Revolução e Restauração: a experiência paulista no tempo da constitucionalização. In GOMES, Angela de Castro (orgs.). **Regionalismo e centralização política: partidos e constituinte nos anos 30**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, p. 244. Sobre a Revolução Constitucionalista de 1932 e seus principais passos ver PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos 1930: as incertezas do regime. In FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. (orgs.). **O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 25-26.

2.3. O surgimento dos partidos

Nesse momento, da segunda metade do ano de 1932 até o ano de 1933, com base nas informações obtidas no **DHBB**, dos mais de 100 partidos que nasceram dentro da década de 30, cerca de 70 deles foram fundados entre a Revolução Paulista e a promulgação da constituição em 1934. Os nomes são os mais variados possíveis, socialistas, nacionalistas, republicanos, unionistas, para cada ideologia um epíteto.⁶⁵

Dentre os motivos para o surto de partidos estava o anúncio das eleições para a Assembleia Constituinte, em maio de 1933. Antes da Revolução Paulista, o Governo Provisório não dava sinais efetivos de uma política de normalização eleitoral e parlamentar. Com a perspectiva de um Estado democrático, as possibilidades de influenciar decisões na arena da Assembleia Constituinte pareciam factíveis e os novos e os tradicionais grupos políticos teriam acesso ao poder, pressuposto fundamental num partido.

Contudo, é necessário olharmos mais de perto para esses partidos porque boa parte deles nasceu sobre os pilares da centralização/descentralização. Foram criados partidos representando: tenentes, interventores, antigos oligarcas, segmentos médios urbanos, grupos ruralistas, industriais, militares, operários... O Brasil passou a viver a expectativas diversas com a nova constituição e, por conseguinte, com as possibilidades de criação de novos parâmetros para o exercício da política.

Dentro das novas perspectivas florescentes, estavam velhas forças, como os tenentes e o próprio Vargas, os quais representavam a oposição mais completa ao modelo de República liberal adotado no Brasil até 1930. Havia alto grau de rejeição a política dentro do tenentismo. Apesar da organização tenentista, o Clube 3 de Outubro, fundado em 1931 no Rio de Janeiro, os tenentes demonstravam uma repulsa pelos partidos e pelos políticos, chamados de “profissionais”.⁶⁶ Todavia, quando houve a volta ao Estado democrático, os grupos menos radicais resguardaram-se no sistema partidário. Ao mesmo tempo, Vargas planejou fundar partidos para abrigar os interventores que, por sua vez, se uniriam a um partido forte e nacional. A ideia não foi

⁶⁵ Este dado foi aferido através de uma contagem realizada quando pesquisado qualquer verbete iniciado pela palavra “partido”. Ver BELOCH, Israel; ABREU, Alzira Alves de. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, 1930-1983**. Rio de Janeiro: Editora Forense-Universitária, 1984.

⁶⁶ VIANNA *apud* SOUZA, M. C. C. C. **Estado e partidos políticos no Brasil**. São Paulo: Editora Alfa-Ômega Ltda., 1990, p. 66.

adiante porque alguns interventores não obtiveram sucesso em suas unidades administrativas por causa das resistências das antigas lideranças e do pouco empenho de Getúlio Vargas.⁶⁷

Os partidos dos interventores ficaram limitados às suas regiões, entretanto, não eram controlados exclusivamente pelo poder local; eles se posicionavam favoráveis às diretrizes do poder central. O Partido Republicano Liberal (PRL), no Rio Grande do Sul; o Partido Progressista (PP), em Minas Gerais; o Partido Nacional de Alagoas (PNA); o Partido Liberal Mato-grossense (PLM); e o Partido da Lavoura de São Paulo nasceram com essas características. O Partido da Lavoura de São Paulo, por exemplo, foi fundado pelo interventor Valdomiro Castilho de Lima, com a função de agremiar os rivais filiados no Partido Democrático, logo após a Revolução Constitucionalista.⁶⁸

A tentativa de Flores da Cunha, interventor no Rio Grande do Sul, foi emblemática. Flores e Osvaldo Aranha criaram em 1932 o Partido Republicano Liberal (PRL), uma fusão entre o gigante PRR e o seu rival Partido Libertador (PL). O partido, inicialmente, seria um membro do pretense Partido Nacional, idealizado por Vargas, mas ficou limitado ao Rio Grande do Sul já que não houve interesse por parte de Vargas em fomentar a projeção política de Flores da Cunha no âmbito nacional. O PRL foi extinto em 1937, junto com os demais partidos e organizações políticas.⁶⁹

Os tenentes, com apoio de Osvaldo Aranha, tentaram formar um partido com representação nacional, de acordo com suas aspirações. Algumas organizações surgiram filiadas à União Cívica Nacional – nome do bloco tenentista – tais como o Partido Aliancista Renovador do Rio de Janeiro, o Partido Autonomista do Distrito Federal e o Partido Social Evolucionista de Santa Catarina. Mas a proposta não teve receptividade nos estados do Centro-sul do país, o que acarretou a centralização da União Cívica Nacional nos estados do Norte e Nordeste, onde os tenentes tinham conseguido maior representação nas administrações. Dentre os partidos que participaram da União Cívica

⁶⁷ O Clube 3 de Outubro era totalmente contrário a políticos “civis” e em seu conjunto de ideais o autoritarismo era forte. Sobre o Clube 3 de Outubro ver BELOCH, Israel; ABREU, Alzira Alves de. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. Verbete: Clube 3 de Outubro. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx> Acesso em: 01 Nov. 2013.

⁶⁸ BELOCH, Israel; ABREU, Alzira Alves de. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, 1930-1983**. Rio de Janeiro: Editora Forense-Universitária, 1984, v. 3, p. 2488-2611.

⁶⁹ CASTRO, Maria Helena de Magalhães. O Rio Grande do Sul no pós-30: de protagonista a coadjuvante. In GOMES, Angela de Castro (org.). **Regionalismo e centralização política: partidos e constituinte nos anos 30**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, p. 59-68.

Nacional estão: o Partido Liberal do Amazonas, o Partido Liberal do Pará, o Partido Social Nacionalista do Piauí, o Partido Social Nacionalista do Rio Grande do Norte, o Partido Social Democrático do Ceará, o Partido Social Democrático de Pernambuco, o Partido Social Democrático da Bahia e o Partido Nacional de Alagoas.⁷⁰

Os partidos estruturados pelas oligarquias locais receberam bastante atenção tanto por parte do governo, quanto dos centralistas, uma vez que suas lideranças atuaram ao longo da Primeira República e eram defensoras do federalismo. Foi o caso do Partido Constitucionalista de São Paulo, que sucedeu o PD em 1934. O outro foi o PP, organizado por Olegário Maciel e Antônio Carlos de Andrada, dois representantes da oligarquia regional, porém aliados de Vargas.⁷¹ Como observado, as forças políticas que participaram da Revolução de 1930 estavam se rearticulando para atuar no novo regime. Tenentes, interventores e oligarquias buscavam o poder e a proliferação de partidos era um claro ordenamento destas forças e seus projetos.

As representações de classe também se organizaram em partidos. As mais variadas categorias profissionais, tais como, agricultores, operários, industriais, jornalistas e até ex-combatentes paulistas – o Partido do Capacete de Aço, de 1932 – fundaram organizações, tendo em vista as eleições e a representação na Assembleia Constituinte. Este fenômeno deve ser compreendido à luz de uma inovação feita no jogo eleitoral do Brasil. O Código Eleitoral de 1932 trouxe muitas inovações, dentre elas, a criação da Justiça Eleitoral, com a competência para reconhecer a validade ou nulidade das eleições, que foram alvo das mais diversas manipulações ao longo da Primeira República. Outra inovação da legislação eleitoral foi a adoção do sufrágio universal, direto e secreto, com o voto feminino. Interessante também foi a introdução do mecanismo da representação classista.

Da Assembleia Nacional Constituinte que iria ser convocada, [...] participariam representantes das associações de classes, eleitos por delegados escolhidos por sindicatos de suas respectivas categorias profissionais. Esses sindicatos, por sua vez, deveriam ser reconhecidos pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Seriam ao todo 40 representantes

⁷⁰ Ibid. p. 2488-2611. Sobre a União Cívica Nacional ver BELOCH, Israel; ABREU, Alzira Alves de. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. Verbete: União Cívica Nacional. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>. Acesso em: 01 de Novembro de 2013.

⁷¹ BELOCH, Israel; ABREU, Alzira Alves de. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, 1930-1983**. Rio de Janeiro: Editora Forense-Universitária, 1984, v. 3, p. 2488-2611.

classicistas: 17 representando os empregadores, 18 os empregados, três os profissionais liberais e dois os funcionários públicos.⁷²

Vargas estava instrumentalizando a centralização empreendida junto aos sindicatos e a vantagem da bancada classista para a situação derivava do fato de que os representantes dos sindicatos eram mais identificados com o Governo, portanto, fariam frente aos deputados que representavam ou que tinham algum tipo de ligação com as oligarquias contrárias ao *status quo*.⁷³ O fenômeno mobilizou ainda mais a população, mesmo que a eleição dos representantes dos sindicatos fosse indireta e majoritária.

Todas as informações acerca desses partidos de atuação relâmpago foram extraídas do **DHBB**; que por sua vez, retirou boa parte de suas informações dos jornais locais da época – meio utilizado para difundir o programa dos partidos. É difícil sistematizar o viés ideológico de cada um, pois nem todos os verbetes de Partidos trazem informações esclarecedoras.⁷⁴ Os partidos também buscavam superar ou perpetuar interventores, galgar um futuro econômico mais estável, buscar câmbios sociais ou simplesmente defender a situação, mas para realizar esses ideais, antes era necessário chegar a Constituinte.

Segundo Maria do Carmo Campello de Sousa, um partido em muito se explica por sua relação com o Estado, e no Brasil após a Revolução Constitucionalista não seria diferente. Com a abertura da Assembleia Constituinte em novembro de 1933, os mais diversos Partidos – alguns com organização/representação em vários estados – iniciaram as discussões de seus projetos para o Brasil. Sendo assim, a Constituinte de 1933 é um termômetro para se avaliar qual o impacto das ideias dessas novas famílias políticas que surgiram, se organizaram, buscaram o eleitor e agora necessitavam entrar na política e fazer valer o esforço realizado pelo retorno à democracia.

⁷² PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos 1930: as incertezas do regime. In FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. (orgs.). **O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. 2ª Ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007, p. 23-24. Sobre as representações de classes na constituinte e o debate que ocorria no momento ver BARRETO, Álvaro Augusto de Borba. Representação das associações profissionais no Brasil: o debate dos anos 1930. **Revista Sociológica Política**, Curitiba: número. 22, Junho de 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010444782004000100010&lng=en&nrm=iso Acesso em: 04 Nov. 2013.

⁷³ Ibid. p. 24.

⁷⁴ Eu constatei esta informação observando as referências dos verbetes do DHBB. BELOCH, Israel; ABREU, Alzira Alves de. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, 1930-1983**. Rio de Janeiro, Editora Forense-Universitária, 1984, v. 3, p. 2488-2611.

2.4. Uma nova Constituinte com velhos pensamentos

Na cerimônia de abertura da Constituinte, durante seu discurso, Vargas afirmou que a “Revolução não fora obra de um partido, mas sim de um movimento geral de opinião”⁷⁵. Para garantir governabilidade e construir uma maioria em torno dos interesses varguistas na Constituinte, o presidente fez uma série de negociações e acordos políticos que envolveram desde a organização dos partidos até a aprovação final do texto constitucional. O estado de Minas Gerais, por possuir a maior bancada de deputados federais, continuava importante base de apoio para o Governo Provisório, mesmo estando sua representação parlamentar dividida entre dois partidos: o PRM e o PP. O PRM guardou suas tradições programáticas e algumas lideranças – Artur Bernardes – e se tornou um ferrenho adversário do regime. O PP foi criado por Olegário Maciel e Antônio Carlos de Andrada, e os demais apoiadores do Chefe do Governo, como Venceslau Brás, Gustavo Capanema, Virgílio de Melo Franco, em janeiro de 1933.⁷⁶

Destes acordos, cabe ressaltar, a escolha de Antônio Carlos de Andrada como presidente da Assembleia Constituinte. Antônio Carlos de Andrada foi eleito com 138 votos na Assembleia, enquanto o segundo colocado, João Alberto Lins de Barros angariou apenas 8 votos.⁷⁷ Com os trabalhos iniciados e com o decorrer das discussões, é possível notar a falta de coesão partidária. Os políticos tenderam a se organizar por interesses regionais ou pró/contra Revolução de 1930. Ou seja, quando não defendiam e se articulavam com base no regionalismo, eles se polarizavam na discussão a respeito do mérito do Governo Provisório.⁷⁸

As ideologias presentes nos nomes dos partidos foram esquecidas. As denominações Liberal, Social, Regional, Progressista, Nacionalista, Democrático nas siglas pouco representaram no campo da Assembleia Constituinte. Tal fenômeno pode

⁷⁵ Discurso de Vargas na abertura da constituinte. Cf.: **Annaes da Assembleia Nacional Constituinte 1934**, v.1, p. 52.

⁷⁶ BOMENY, Maria Helena Bousquet. A estratégia da conciliação: Minas Gerais e a abertura política dos anos 30. In GOMES, Angela de Castro (org.). **Regionalismo e centralização política: partidos e constituinte nos anos 30**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, p. 169.

⁷⁷ Sobre os cargos realizados para a constituinte ver SILVA, Hélio. **1934: A Constituinte**. Rio de Janeiro: DIFEL, 1969, p. 29-33. Sobre o resultado da eleição ver Annaes da Assembleia Nacional Constituinte 1934, v.1, p. 20.

⁷⁸ Esta constatação se deu ao observar os discursos de alguns deputados, como J.J. Seabra, Oswaldo Aranha e Henrique Dodsworth. **Annaes da Assembleia Nacional Constituinte 1934**, v.1, p. 107-178.

ser explicado. Criado para participar do processo eleitoral de 1933, as agremiações não contaram com um tempo minimamente suficiente para a reflexão e o amadurecimento de suas ideias e nem conseguiram acordos interestaduais, o que foi agravado com a forte tendência regionalista que o Brasil vivera nas décadas anteriores. Contudo, o objetivo dessas organizações não era nada além de lançar candidaturas para a retomada democrática do país e isto foi cumprido.

O **DHBB** faz questão de trazer um comentário que se repete como um bordão nos verbetes sobre os partidos criados após a Revolução Constitucionalista: “formado para a Assembleia Constitucional”. Esta frase varia de verbete para verbete, mas seu cerne persiste. O **Dicionário** deixa claros os objetivos das nascentes organizações, aferidos principalmente por meio da divulgação dos programas partidários e suas agendas políticas em jornais de circulação regionais ou nacionais.

O cientista político Angelo Panebianco defende que há dois tipos de objetivos por trás da existência de um partido: o primeiro seria o objetivo organizativo ou “oficial”; o segundo objetivo seria adquirido no decorrer da existência do partido, constituiria em um objetivo latente, diluído em meio a tentativa do partido de se manter no jogo político. Como o próprio cientista político italiano afirma a fase de “institucionalização organizativa” de um partido é imprescindível.⁷⁹

Pois bem, na falta da fase da institucionalização, o que percebemos são partidos recém-organizados, buscando espaços na defesa da centralização ou do regionalismo. A proposta do livro **Regionalismo e Centralização política: partidos e constituinte nos Anos 30** aplica a dicotomia – não exclusiva – Centralismo/Regionalismo à política dos grandes personagens do momento, a saber, aos estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e a um ator que daqui para frente estará cada vez mais presente na política, a classe operária. A mesma fórmula pode ser estendida aos partidos e agremiações dos estados menores do país.⁸⁰

⁷⁹ PANEBIANCO, Angelo. **Modelos de partidos: organização e poder nos partidos políticos**. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 12-16.

⁸⁰ A obra realizada por pesquisadoras do CPDOC é a pedra angular dessa pesquisa. A principal pergunta a ser respondida seria: Existe a mesma dicotomia, Regionalismo/Centralização, dentro dos partidos fundados no pós-1932? GOMES, Angela de Castro (org.). **Regionalismo e centralização política: partidos e constituinte nos anos 30**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, p. 169.

Com uma força pendendo para um lado e outra força para o outro, os 187 artigos da Carta de 1934 refletiram mudanças e continuidades no campo jurídico constitucional. Esta carta também foi a de menor duração na história do Brasil – de 1934 a 1937 – justamente porque não supriu à demanda do lado situacionista. Vargas chegou a revelar seu descontentamento, logo que a carta foi promulgada, ao dizer que esta Constituição era pior do que anterior por “enfraquecer os elos da Federação.”⁸¹

No entanto, a curta duração da Constituição e do regime “democrático” instalado não reduziu a importância das articulações que geraram partidos e representou uma ampliação na participação política dos cidadãos do Brasil, embora esta cidadania ainda fosse bastante limitada.

Lucília de Almeida Neves Delgado, escrevendo a respeito da cidadania no Brasil, escreve que “se antes da ascensão de Vargas o exercício dos direitos políticos era restrito e conformava a via da exclusão, no decorrer da década de 1930, apesar da resistência de segmentos expressivos da população, tornou-se praticamente inexistente”. Entretanto, o levantamento realizado junto ao **DHBB** apontou para um contexto multifacetado, vivido por Vargas e pelos demais atores políticos do país, que variava da extrema centralização e do desgosto pela democracia até ao aumento expressivo da participação popular na política e da fundação de partidos políticos.⁸²

Vargas e seus colaboradores aproveitaram a Intentona Comunista para iniciar a escalada autoritária até o início de uma ditadura *stricto sensu* do Brasil. No entanto, durante aqueles anos que se estenderam de 1932 até meados de 1935, parte da população deslumbrou e participou de uma abertura política. Os temas em pauta para o reordenamento da sociedade brasileira eram: Revolução, Primeira República, Passado, Presente e Futuro e a política era o caminho para consolidar novos projetos. A Constituinte de 1933 estava inserida em uma conturbada conjuntura onde o liberalismo político e econômico estava em cheque e ideias não faltavam para substituí-lo – tecnocracia, intervencionismo, centralismo, ditadura, fascismo. Sendo assim, a

⁸¹ PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos 1930: as incertezas do regime. In FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. (orgs.). **O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 29.

⁸² DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Cidadania e República no Brasil: história, desafios e projeção do futuro. In PEREIRA, Flávio; DIAS, Fonseca. **Cidadania e Inclusão social**. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2008, p. 331. Cabe lembrar que esse aumento da participação da população fora muito limitado, conforme as observações de Gláucio Soares, já trabalhadas.

participação política de alguns setores sociais se traduziu na institucionalização dos partidos políticos como canais de expressão e de vivência no jogo político constitucional.

Não é possível tratar a “Era Vargas” como um todo. O movimento de centralização triunfou, mas o regionalismo e a democracia liberal ainda estavam vivos, encontrando eco dentro das novas organizações políticas do período em questão. A garantia dos direitos individuais, políticos e sociais foi ampliada, mesmo que de forma lenta. Com este resultado é possível apontar para uma vitória momentânea da democracia no Brasil entre os anos de 1933 e 1935, uma vez que novas possibilidades do leque político se abriram para os setores sociais que haviam sido excluídos pelas elites da Primeira República. Os partidos são agrupamentos familiares políticos, com o objetivo de implantar determinados projetos sociais. A pluralidade de partidos – mesmo que limitados, como vimos – indica multiplicidade de propostas e possibilidades variadas de mudança. A Era Vargas foi uma parte desse todo, que se caracterizou também pela aproximação com a democracia. O fim foi uma ditadura que cerceou a cidadania política e civil e suprimiu a tímida, mas válida, tentativa de se instalar um Estado democrático de direito, com um sistema multipartidário.

CONCLUSÃO

A Revolução de 1930 foi a responsável por trazer para o campo institucional os defensores da centralização, uma vez que estes estavam marginalizados da política. Na democracia liberal da Primeira República, dominada pelas oligarquias, os centralistas se expressaram através de críticas e ações contrárias ao modelo descentralizador e federalista. Para chegar ao poder, os tenentes e também os civis que defendiam esta linha precisaram se aliar aos seus clássicos rivais: as elites oligárquicas. O resultado foi um governo com pouco espaço de manobra, já que Getúlio Vargas precisava, constantemente, balancear o conflito e impedir que um lado se desequilibrasse. Entretanto, o próprio Chefe do Governo Provisório – Getúlio Vargas – possuía um modelo para a sociedade brasileira. O modelo varguista e a radicalização do entre os centralistas e federalistas, grupos conservadores e grupos de esquerda, conduziram ao Estado Novo.⁸³

Após o empastelamento do **Diário Carioca**, o Executivo federal perdeu apoio político, o que levou ao avanço da conspiração paulista contra Vargas. A Revolução Constitucionalista explodiu e, embora derrotada no campo de batalha, obteve uma vitória com o enfraquecimento político momentâneo dos defensores da centralização, forçando o governo a cumprir sua promessa e a convocar eleições para a Constituinte.

O Brasil passava por uma fase de mudanças, com o surgimento de vários projetos para substituir o modelo da Primeira República, embora nem todos pudessem se fazer ouvir, haja vista que a participação política da sociedade era baixa, pois a maioria se encontrava nas áreas rurais, o que facilitava o domínio das lideranças oligárquicas.⁸⁴ Com o aparecimento de inúmeros partidos políticos – regionais e nacionais – a atuação no campo eleitoral e no parlamentar agregou mais setores sociais e intensificou a participação política. No início dos anos de 1930, os partidos podem ser divididos em três grupos: o primeiro reunia os partidos das oligarquias tradicionais; o segundo englobava os partidos com ideologias tenentistas; e o terceiro congregava as novas famílias políticas, que surgiram no cenário político brasileiro. São operários,

⁸³ Sobre Getúlio Vargas e as políticas centralizadoras ver PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos 1930: as incertezas do regime. In FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. (orgs.). **O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 18.

⁸⁴ SOARES, Gláucio Ary. **A democracia interrompida**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001, p. 14-20.

soldados, tecnocratas civis, socialistas, agricultores, enfim, novos atores que chamaram a atenção para o período.

Estes partidos defenderam inúmeros projetos, porém, é possível constatar que os novos e pequenos partidos estavam umbilicalmente ligados ao regionalismo. Nem mesmo as organizações oriundas do tenentismo conquistaram uma abrangência nacional. Portanto, houve novos projetos e novas propostas, que contribuíram para um maior envolvimento direto de uma pequena parcela da sociedade com a política eleitoral e partidária.

FONTES:

BELOCH, Israel; ABREU Alzira A. de. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, 1930-1983**. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>
Acesso em: 10 Nov. 2013.

BELOCH, Israel; ABREU, Alzira A. de. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, 1930-1983**. Rio de Janeiro: Editora Forense-Universitária, 1984.

Annaes da Assembleia Nacional Constituinte. Rio de Janeiro: Câmara dos Deputados, 1934, v. 1. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/8266>
Acesso em: 3 Nov. 2013.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AMARAL, Azevedo. **O Estado autoritário e a realidade nacional [1938]**. Rio de Janeiro Ebookslibris, 2002. Disponível em:
<http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/azevedo.html> Acesso: 03 dez. 2013.

BARRETO, Álvaro Augusto de Borba. Representação das associações profissionais no Brasil: o debate dos anos 1930. In **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba, n.º. 22, Junho de 2004, p. 119-133. Disponível em: http://www.Representação das associações profissionais no Brasil. scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S01044478200400100010&lng=en&nrm=iso Acesso em: 04 Nov. 2013.

BERSTEIN, Serge. Culturas políticas e historiografia. In AZEVEDO, Cecília. **Cultura política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, p. 29-46.

BERSTEIN, Serge. Os partidos. In RÉMOND, René. **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996, p. 57-98.

BOBBIO, N.; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. 11ª Ed., Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BOMENY, Maria Helena Bousquet. A estratégia da conciliação: Minas Gerais e a abertura política dos anos 30. In GOMES, Angela de Castro (org.). **Regionalismo e centralização política: partidos e constituinte nos anos 30**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, p.

CACHAPUZ, Paulo Brandi. A trajetória política de Getúlio Vargas. In SILVA, Raul Mendes; CACHAPUZ, Paulo Brandi; LAMARÃO, Sérgio (orgs.). **Getúlio Vargas e seu tempo**. Rio de Janeiro: BNDES, 2004, p. 45-73.

CAPELATO, Maria Helena. **O movimento de 1932: a causa paulista**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CARDOSO, F. H. Dos Governos Militares a Prudente-Campos Salles. In FAUSTO, B. (dir.). **O Brasil Republicano: estrutura de poder e economia (1889-1930)**. 8ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, v. 8, 2006, p. 17-57.

CARONE, Edgard. **A República Nova (1930-1937)**. 3º Ed. São Paulo: DIFEL, 1982.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. In **Revista Dados**, Rio de Janeiro, volume 40, número 2, 1997. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581997000200003&lng=en&nrm=iso Acesso em: 30 Out. 2013.

CARVALHO, Martha Falcão e SANTANA M. 1930: Estado e sociedade – uma polêmica historiográfica. In **Saeculum**, Jan-Dez 1997, p. 93-107.

CASTRO, Maria Helena de Magalhães. O Rio Grande do Sul no pós-30: de protagonista a coadjuvante. In GOMES, Angela de Castro (org.). **Regionalismo e centralização política: partidos e constituinte nos anos 30**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, p. 41-131.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Cidadania e República no Brasil: história, desafios e projeção do futuro. In PEREIRA, Flávio; DIAS, Fonseca. **Cidadania e Inclusão social**. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2008, p. 321-334.

DULCI, Otávio. A incômoda questão dos partidos no Brasil: Notas para o debate da reforma política. In BENEVIDES, M. V.; VANNUCHI, P.; KERCHE, F. (orgs.). **Reforma política e cidadania**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005, p. 301-320.

FAORO, Rymundo. **Os donos do poder**. 3ª Ed. São Paulo: Globo, 2001.

FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930: historiografia e história**. São Paulo, Companhia das Letras, 1997.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 13ª Ed. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2008.

FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. **A Crise dos anos 20 e a Revolução de Trinta**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006, p. 1-15.

FERREIRA, Marieta de Moraes e PINTO, Surama Conde Sá. A Crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930. In FERREIRA, J. e DELGADO, L. A. N. (Orgs.). **O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 387-416.

FRANCO, Virgílio de Mello. **1930: Outubro**. 1980.

GOMES, Angela de Castro (org.). **Regionalismo e centralização política: partidos e constituinte nos anos 30**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

GOMES, A. C.; LOBO, L. L.; COELHO, R. B. M. Revolução e Restauração: a experiência paulista no tempo da constitucionalização. In GOMES, Angela de Castro (org.). **Regionalismo e centralização política: partidos e constituinte nos anos 30**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

GOMES, A. C.; PANDOLFI, D. C.; ALBERTI, V. (orgs.). **A República no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Editora PUC Rio, 2006.

LAMOUNIER, Bolivar. Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República. Uma interpretação. In FAUSTO, B. (dir.). **O Brasil Republicano: sociedade e instituições (1889-1930)**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 1985, v. 9, p. 343-374.

LANNA JÚNIOR, M. C. M. Tenentismo e crise política na Primeira República. In FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. (orgs.). **O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 315-350.

LOPEZ, Adriana; MOTA, Carlos Guilherme. **História do Brasil: uma interpretação**. São Paul: editora SENAC, 2008.

LOVE, J. A república brasileira: federalismo e regionalismo (1889-1937). In MOTA, C. G. (Org.). **Viagem Incompleta. A experiência brasileira (1500-200): a grande transação**. 2ª Ed. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000, p. 121-162.

LOVE, Josef. O Rio Grande do Sul como fator de instabilidade na República Velha. In: FAUSTO, B. (dir.). **O Brasil Republicano, v. 8: estrutura de poder e economia (1889-1930)**. 8ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, p. 111-139.

MOTTA, Rodrigo. P. S. **Introdução à história dos partidos políticos brasileiros**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

PANEBIANCO, Angelo. **Modelos de partidos: organização e poder nos partidos políticos**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PANDOLFI, Dulce Chaves. Voto e participação política nas diversas repúblicas do Brasil. In: GOMES, A. C.; PANDOLFI, D. C.; ALBERTI, V. (orgs.). **A República no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002, p. 65-115.

PANDOLFI, Dulce Chaves. **Da Revolução de 30 ao golpe de 37: a depuração das elites**. Rio de Janeiro, CPDOC, 1987.

PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos 1930: as incertezas do regime. In FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. (orgs.). **O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 13-38.

REZENDE, Maria Efigênia Lara de. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. In FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. (orgs.). **O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 91-120.

SANDES, Noé Freire. O passado com negócio: o tempo revolucionário (1930). In **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 23, nº 43, janeiro-junho de 2009, p. 125-140.

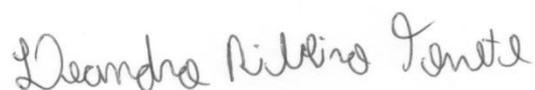
SILVA, Hélio. **1934: A Constituinte**. Rio de Janeiro: 1969.

SOARES, Gláucio Ary. **A democracia interrompida**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

SOUZA, M. C. C. **Estado e partidos políticos no Brasil**. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1990.

Eu, Leandro Ribeiro Tonete, declaro para todos os efeitos que o trabalho de conclusão de curso intitulado **Partidos políticos na Segunda República: os projetos regionalistas e centralistas e as possibilidades de mudanças** foi integralmente por mim redigido, e que assinalei devidamente todas as referências a textos, idéias e interpretações de outros autores. Declaro ainda que o trabalho é inédito e nunca foi apresentado a outro departamento e/ou universidade para fins de obtenção de grau acadêmico, nem foi publicado em qualquer idioma ou formato.

Brasília, 20 de Dezembro de 2013

A handwritten signature in black ink, reading "Leandro Ribeiro Tonete". The signature is written in a cursive, flowing style.

Leandro Ribeiro Tonete